



V Simpósio Império e Colonização

Comércio, instituições mercantis e seus agentes



4, 5 e 6 de junho de 2025

Caderno de Resumos

V Simpósio Império e Colonização

Caderno de resumos

Comércio ilícito no tempo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa no Rio de Janeiro (1779-1790)

Helena Trindade de Sá

O objetivo da comunicação é analisar como a administração de Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790) tratou a questão do comércio ilícito e como o vice-rei procurou seguir as instruções do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro e se ajustar a mentalidade política vigente ditada pela Coroa, a qual visava assegurar, por meio dos lucros obtidos na colônia, o equilíbrio econômico, social e político para a metrópole lusitana, sem contudo ignorar os interesses locais.

O enfrentamento à corrupção no período pombalino: a administração de Luís Diogo Lobo da Silva na capitania de Pernambuco (c. 1756–1763)

Daniel Costa Silva

Esta comunicação examina as estratégias de enfrentamento à corrupção durante a administração de Luís Diogo Lobo da Silva em Pernambuco (1756–1763), no contexto das reformas pombalinas no Império português. A análise revela que, apesar do discurso centralizador e modernizador de Sebastião José de Carvalho e Melo, as práticas corruptas, como contrabando de escravizados e desvio de recursos persistiam, envolvendo desde funcionários coloniais até agentes da recém-criada Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. A administração de Lobo da Silva tentou reprimir tais atividades, mas esbarrou na complexidade dessas redes, como no caso do conflito com João Rodrigues Colaço, ouvidor da capitania subalterna da Paraíba. Um dos focos desta comunicação é a contradição entre a legislação anticorrupção e a realidade colonial. Embora a Coroa portuguesa buscasse controlar o tráfico de escravizados por meio do monopólio da Companhia, parte dos cativos era desviada para o Rio de Janeiro e até para colônias espanholas, com a cumplicidade de autoridades. A documentação produzida por Lobo da Silva no período ilustra a dificuldade em punir os envolvidos, especialmente quando estes ocupavam cargos de influência. A pesquisa também destaca a ineficiência da fiscalização, atribuída à participação de deputados da Companhia em esquemas de contrabando, como seria posteriormente denunciado pelo governador José César de Meneses. Por fim, conclui-se que a administração de Lobo da Silva em Pernambuco exemplifica os limites do reformismo pombalino no combate à corrupção. Apesar dos esforços para impor a autoridade metropolitana, a dependência das elites locais e a permeabilidade das instituições coloniais aos interesses privados minaram tais tentativas. O período estudado evidencia uma tensão estrutural no Império Português: a tentativa de centralização convivia com práticas arraigadas de clientelismo e ilegalidade, tornando o enfrentamento da corrupção algo mais simbólico do que efetivo.

Instituições híbridas numa zona de fronteira: mercadores portugueses e dominicanos no vale do Zambeze (sécs. XVI-XVIII)

A comunicação terá por objetivo tratar da formação de um arranjo institucional misto no vale do Zambeze envolvendo a sociedade shona do Monomotapa, situada no planalto zimbabueano e importante na balança comercial do Índico, e o Estado da Índia português, organizado a partir da capitania de Moçambique e das cidades e fortes fluviais de Sena e Tete. A comunidade de mercadores de origem luso-afro-asiática, inicialmente vinculada com o comércio de ouro e, depois, de marfim e escravos, cresceu em importância a partir de finais de século XVI, no bojo do primeiro acordo assinado entre a Coroa portuguesa e o “mutapa” shona, chefe político do Monomotapa. Em particular, os dominicanos atuaram como importantes intermediários na relação, nem sempre harmoniosa, entre a Coroa e essa comunidade de mercadores e com a sociedade shona. Será apresentado um panorama sobre essa comunidade mercantil e as relações particulares da ordem dos Pregadores naquele contexto do Sudeste Africano e, de maneira geral, do oceano Índico. Por fim, será abordado o papel específico do missionário dominicano João dos Santos, que esteve duas vezes no vale do Zambeze, em 1590 e, depois, entre 1611 e 1615, e da difusão de sua obra “Etiópia Oriental e Varia história de cousas notáveis do Oriente” (Évora, 1609) na formação desse arranjo institucional.

Reprodução da mão de obra escrava na Vila de Santo Antônio de Sá, século XVIII

Dermeval Marins de Freitas

Esta comunicação pretende abordar a questão da reprodução natural das escravarias situadas na antiga Vila de Santo Antônio de Sá no século XVIII. Este estudo pretende contribuir para preencher a lacuna em torno dos estudos sobre a demografia escrava na capitania do Rio de Janeiro. A Vila de Santo Antônio de Sá situava-se na porção nordeste do Recôncavo do Rio de Janeiro, sendo ocupada em fins do século XVII, após a expulsão dos franceses na região. O período investigado se estende por todo o século XVIII, por conta das características oferecidas pela documentação examinada na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Essa documentação é a base na qual este trabalho se incidirá sua análise e constitui-se de testamentos de indivíduos que viveram na Vila de Santo Antônio de Sá.

As Três Fases do Comércio de Açúcar Brasileiro no Porto de Livorno no Século XVII: Periodização e Agentes Mercantis

João Gabriel Covolan Silva

A presente comunicação tem o objetivo de apresentar as principais características das três fases do comércio de açúcar brasileiro no porto de Livorno entre fins do século XVI até a segunda metade do século XVII. Desde o início do governo de Cosimo I (1537-1574) as autoridades toscanas se empenharam em incentivar a integração da economia do Ducado - após 1569, Grão-Ducado - com o mundo ibérico, sobretudo pelo papel estratégico que a colchonilha, o pau-brasil, e o açúcar tinham nos mercados italianos. No que diz respeito aos produtos do Atlântico português, foi durante o governo de seu filho Ferdinando I (r. 1587-1609) que o comércio de açúcar e de pau-brasil decolou, especialmente com a outorga das Livornine (1591-1593), concedendo liberdade de culto e uma série de privilégios a grupos mercantis de variadas origens étnicas que residissem em Pisa e Livorno. Os alvos principais de tais decretos eram os judeus e cristãos-novos, sabidamente integrados nas redes comerciais do Atlântico português. As atividades de tais comerciantes, a partir de suas conexões em Lisboa, Antuérpia, Amsterdam, Hamburgo e, claro, Brasil, marcaram a fase de expansão e consolidação do porto de Livorno no Mediterrâneo, ao mesmo passo que fez do Grão-

Ducado um dos principais centros de redistribuição do produto brasileiro na Itália. Com o fim da Trégua entre neerlandeses e a monarquia hispânica em 1621 e o reestabelecimento dos embargos a todas as embarcações do Estados Gerais nos portos ibéricos e dos domínios espanhóis na Itália, a importação de açúcar brasileiro por parte dos portugueses de Pisa e Livorno diminuiu significativamente: em primeiro lugar, porque boa parte das importações ocorreram em associação com a comunidade de Amsterdam, e em navios neerlandeses; em segundo, porque as dinâmicas de integração de certos comerciantes no comércio Mediterrâneo levou a um incremento dos investimentos no comércio com o norte da África e, em certos casos - como da família Ximenes - houve uma integração com as elites florentinas. Isto não quer dizer que a importação de açúcar brasileiro desapareceu: certos comerciantes portugueses continuaram a trazer a mercadoria em embarcações inglesas, genovesas, e francesas ao porto de Livorno, e firmas florentinas estabelecidas Livorno e Pisa esforçaram-se, com seus correspondentes em Portugal, em trazer o produto brasileiro para a Toscana, que competia com o açúcar norte-africano. A terceira fase do comércio, por sua vez, está intrinsicamente ligada à retomada da atividade mercantil dos cristãos-novos após a Restauração portuguesa, e o gradual aumento, ao longo da década de 1640, de embarcações holandesas no comércio luso-toscano. Tendo atingido seu pico no início dos anos 1650, a prisão e confisco de bens de uma série de comerciantes cristãos-novos em Lisboa por parte da Inquisição portuguesa causou, mais uma vez, uma crise na importação de açúcar por parte dos cristãos-novos. Some-se a isso o incremento do comércio inglês e francês de açúcar caribenho, o produto brasileiro viria a ocupar uma porção significativamente menor no mercado toscano, mesmo que não tenha se interrompido.

O comércio ilegal de madeiras e as estruturas de poder no litoral do Paraná: críticas ambientais, silenciamento e memória histórica (1854-1889)

Luca Araujo de Oliveira Leite

O presente trabalho tem como objetivo analisar a existência de críticas ambientais contra a exploração e comércio ilegal das madeiras nas matas do litoral do Paraná durante a segunda metade do século XIX, sobretudo a partir da praça de Paranaguá, para abastecer os mercados da bacia da Prata. A pesquisa investiga as práticas de extração, comercialização e conservação destas madeiras, destacando a atuação da burguesia parnanguara e de setores da própria burocracia imperial, que, em aliança, se beneficiavam do comércio ilícito. Essa atividade, apesar de ilegal, mobilizava uma ampla rede de pessoas envolvidas, desde pobres livres que cortavam as árvores e serviam de bode expiatório em troca da promessa de um dinheiro fácil, até os grandes nomes do tráfico transatlântico, que detinham domínio sobre as instituições imperiais na região, e que jamais cairiam nas malhas da justiça. Da mesma forma, nossa pesquisa demonstra que apesar das enérgicas críticas e denúncias dos críticos a esta prática, a estrutura e comportamentos deste comércio se mantiveram praticamente intactos durante todo o período provincial, acenando para nós a existência de um processo que se revelou estrutural no litoral do Paraná, por se reiterar temporalmente. Nossa pesquisa, portanto, visa dar luz a estas importantes histórias e personagens esquecidos pela historiografia paranaense.

Razões comerciais/Argumentos retóricos: As Advertências de Duarte Guterres Estoque (1641)

Eduardo Sinkevisque

As Advertências manuscritas de Duarte Guterres Estoque (1641), de quem quase nada se sabe, são de gênero demonstrativo-deliberativo. Trata-se de um arrazoado em que se argumenta sobre tratados de paz e alianças entre Portugal e os Estados Gerais das Províncias Unidas. A comunicação mostra a construção do discurso, explicitando sua argumentação e as principais categorias retóricas mobilizadas. Para isso, define arrazoado, gênero demonstrativo-deliberativo, bem como descreve as razões comerciais da argumentação com as quais o locutor compõe o texto. Será preciso também explicitar as ocasiões e circunstâncias que levaram Duarte Guterres Estoque

a escrever o arrazoado em análise, ou seja, as circunstâncias e ocasiões bélicas entre Portugal já restaurado, não mais sob o domínio dos Filipes, e as Províncias Unidas.

Uma visão da colonização por meio dos mapas e sítios arqueológicos

Pedro de Carvalho Brandão Soares

A comunicação visa mapear os sítios arqueológicos dos séculos XVI e XVII da Baía de Guanabara, localizada no estado do Rio de Janeiro, e analisar sua representação na cartografia da época. Realizam-se plotagens dos sítios arqueológicos registrados no Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN) por meio de Sistema de Informação Geográfica (SIG) e imagens de satélite. Em seguida, são comparadas as geolocalizações dos sítios plotados com sua representação na cartografia da época, marcada por uma mentalidade colonialista. A cartografia é entendida enquanto fonte para discorrer sobre o passado, ou seja, como um documento histórico. Analisa-se também a cartografia enquanto formadora de uma paisagem colonial e um imaginário europeu sobre o território brasileiro, estabelecendo-se uma relação entre cartografia e dominação territorial – no contexto da época, entre cartografia e colonização. A paisagem representada nos mapas coloniais é entendida no viés da Arqueologia Pós-processual, ou seja, como uma imagem subjetiva, mediada entre o sujeito e o ambiente que o cerca.

Projetando o governo do Estado do Maranhão durante a unificação de Espanha e Portugal: o ofício de Alexandre de Moura (1615-1616)

Alec Ichiro Ito

Seguindo os clássicos trabalhos de Charles R. Boxer (1969), Frédéric Mauro (1983) e Luiz Felipe de Alencastro (2000), o Império português foi marítimo e comercial, governando as múltiplas conexões escravistas e as diferentes ações coloniais. Uma das reminiscências desse passado imperial está contida no ofício composto por Alexandre de Moura, atualmente acondicionado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Portugal. São 48 fólios de diferentes subunidades documentais, anexadas ao ofício confeccionado pelo capitão-mor de Pernambuco, ou “Relatório de Alexandre de Moura sobre a expedição à ilha do Maranhão”, assim denominado pelo funcionário responsável pela transcrição publicada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1904. O ofício de Moura foi originalmente assinado em Lisboa, sendo datado de 24 de setembro de 1616. Dedicado sobretudo à glorificação da jornada de conquista do Maranhão, comandada por Alexandre de Moura e cuja meta era capitular a França Equinocial – trata-se de um empreendimento colonial levado a cabo por Daniel de la Tousse, o senhor de Ravardière, no Maranhão entre 1612 e 1615 –, parte do ofício de 1616 também projetou uma forma de governar a América portuguesa, baseada no estabelecimento da paz lusitana somada ao avanço colonial do Maranhão, Grão-Pará e Amazonas. Com isso em mente, nesta comunicação pontuaremos que Alexandre de Moura chamou atenção para quatro aspectos relevantes da experiência colonial na América portuguesa: i) a linha tênue que separava a aliança e o conflito com os ameríndios, fossem os julgados “mansos” ou “bravos”, fossem os “amigos” ou “inimigos”; ii) fomentar a produção açucareira como modo de desenvolvimento econômico da região; iii) conseguir mão de obra compulsória que fosse ameríndia ou proveniente de Angola; iv) a necessidade de povoar essa região com os “mestiços”, gente caracterizada pela brutalidade e que habitava nessa periferia atlântica, flexibilizando e fluindo entre as abstrações que opunham a “civilização” da “barbárie”. Finalmente, proporemos que esses e outros aspectos inscritos pelo punho de Alexandre de Moura relacionavam a memória da jornada do Maranhão com um programa colonial para os territórios e povos situados ao norte do Estado do Brasil, dessa forma interconectando o passado, o presente e o futuro do Maranhão, Grão-Pará e Amazonas com os anseios e as expectativas dos Impérios unificados da Espanha e de Portugal (1580-1640). Em última análise, Alexandre de Moura projetou uma “paz lusitana” baseada tanto na

negociação quanto no conflito, gerindo a violência e a experiência colonial na América portuguesa, guardando similaridades com a redução da violência e o reforço das formas indiretas de dominação que Fernão de Sousa implementará na Angola portuguesa entre 1624 e 1630 (ITO, 2016; 2018, p. 30-31). Paralelos e transversais são igualmente perceptíveis na administração das gentes da Ásia portuguesa (BORGES, 2020) na Nova Espanha, com a pacificação dos Chichimeca (SOVARZO, p. 340-343). A comparação e a conexão de casos sugerem maneiras de atravessar e retraçar os binômios metrópole-colônia, Ocidente-Oriente e espanhol-português.

Comércio dos governadores: corrupção ou concorrência desleal?

Glauco Martins Guerra

A partir da análise do Decreto de 18.04.1720, que revoga a autorização para governadores realizarem comércio, a Comunicação objetiva apresentar o estado incipiente da pesquisa de dissertação de Mestrado, em que se investiga se essa prática era considerada corrupção na administração colonial no Brasil após a Restauração até a primeira metade do XVII, assim caracterizada como ato que causasse prejuízo material, financeiro ou patrimonial à Coroa (Fazenda Real), ou se esse comércio caracterizasse apenas lesão aos colonos e demais mercadores na forma de concorrência desleal. A pesquisa segue também a intenção de apurar se outros atos de desmando no exercício dos oficiais da Coroa na colônia (a exemplo de nepotismo, comissões em negócios privados, venalidades, favores etc.) eram "flexibilizados" como ilícitos de menor potencial, ou até mesmo ignorados, a "bem" do aparelhamento e funcionamento cartorial das instituições de poder em nome da Coroa, funcionando o sistema de mercês como "freio de arrumação" dessa potencial contradição entre a moral administrativa e a operacionalidade burocrática. Ainda não há análise documental substancial para a formulação de uma conclusão sobre o tema, dado o momento do projeto de pesquisa, em fase de preparo de qualificação.

Soldada, heranças e interesses: o Juizado de Órfãos e as dinâmicas institucionais e econômicas na Província do Rio de Janeiro (1850–1872)

Karine Barbosa da Costa

Esta comunicação analisa a atuação do Juizado de Órfãos na Província do Rio de Janeiro entre 1850 e 1872, destacando suas conexões com as dinâmicas “comerciais” e institucionais no Império. A partir da documentação produzida por essa instância jurídica, especialmente cartas entre os juizes de órfãos e presidentes de província sobre os processos de tutela e soldada, investigo como a administração dos órfãos, frequentemente composta por crianças indígenas se articulava a uma rede mais ampla de interesses mercantis e familiares. O estudo evidencia o papel do Juizado como um mediador entre as famílias, os agentes econômicos locais, o Estado imperial e crianças indígenas, revelando práticas jurídicas e econômicas que contribuíram para a reprodução da ordem social e das estruturas de poder na sociedade escravista oitocentista – especialmente no trabalho compulsório infantil. Ao enfatizar os vínculos entre autoridade jurídica e exploração infantil, busco contribuir para os debates sobre história indígena, acerca das instituições imperiais e suas continuidades no século XIX, bem como sobre os agentes que operavam nessas interfaces entre direito, economia e trabalho compulsório velado de tutela.

Monopólios e Companhias de Comércio Pombalinas na Imprensa Londrina do Século XVIII (1750-1777)

Isabella Oliveira Cafer

O Marquês de Pombal identificou na produção vinícola e no comércio com o Brasil pilares essenciais para a sustentação da economia portuguesa, promovendo uma ampla reorganização do setor exportador. Amparado por princípios mercantilistas, o ministro favoreceu grandes comerciantes e contratadores por meio da criação de companhias monopolistas e do incentivo à produção metropolitana. Nesse contexto, foram instituídas a Companhia dos Vinhos do Alto Douro (1756), a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia de Pernambuco e Paraíba (1759). As políticas monopolistas pombalinas provocaram resistência em diversos setores da sociedade, como os jesuítas, parte da fidalguia, negociantes do comércio colonial e a população do Porto. No entanto, entre os ingleses — especialmente os comissários estabelecidos em Lisboa e no Porto — os conflitos e críticas foram ainda mais intensos e persistentes, ganhando destaque nas páginas da imprensa londrina. Esta comunicação propõe-se a explorar a perspectiva inglesa das relações anglo-lusitanas durante o período pombalino e às recorrentes críticas publicadas nos jornais de Londres em relação ao comércio luso-britânico e à criação das companhias monopolistas portuguesas.

Os Maços de População e a economia dos animais: uma leitura sobre a mobilidade paulista rumo ao sul (1800–1850)

Jane Cunha

A presente comunicação propõe uma análise da mobilidade populacional paulista rumo ao sul do Brasil entre 1800 e 1850, a partir da leitura dos Maços de População da Capitania de São Paulo, com ênfase nas ocupações relacionadas à economia dos animais. Esses documentos, produzidos como registros censitários organizados por companhias militares, revelam importantes informações sobre a estrutura socioeconômica da população paulista no período. A pesquisa identifica a importância das atividades vinculadas ao comércio de gado e de muares, tais como criadores, tropeiros e comerciantes, no contexto de reconfiguração da economia paulista após a crise do ciclo minerador. A análise evidencia que São Paulo não foi apenas uma região de passagem, mas atuou como polo irradiador de redes de comércio e de migração em direção ao sul, especialmente ao Rio Grande de São Pedro. Nesse processo, a circulação de pessoas, bens e animais esteve atrelada à ocupação efetiva de novas áreas e à consolidação de rotas comerciais internas. A documentação permite observar a mobilidade, em busca de oportunidades de ascensão econômica e acesso à terra. A comunicação contribui para repensar o papel dos animais para a economia de São Paulo e, ao mesmo tempo, a integração territorial do sul do Brasil.

Panorama do tráfico de escravos para o Brasil no contexto do Congresso de Viena (1815)

Guilherme Souza Carvalho da Rocha Freitas

Durante o Congresso de Viena (1815), uma das principais pautas, postulada pela Inglaterra, foram pressões pelo fim do tráfico de escravos. Destas desenrolou-se extensa negociação com Portugal, resistente ao fim do comércio de cativos, resultando em dois Tratados (1815 e 1817) nos quais se proíbe o tráfico de escravos ao norte da Linha do Equador. Faz-se necessário, assim, compreender o impacto destes Tratados nas dinâmicas e fluxos deste tráfico no mundo português, e sobretudo para ao Brasil, à época sede da Coroa portuguesa. Esta comunicação pretende, assim, apresentar um panorama deste tráfico de escravos no contexto do Congresso de Viena (1815) e refletir a respeito dos impactos dos Tratados neste.

As Secretárias de Governo e o despacho de embarcações

Thiago Rodrigues da Silva

Na década de 1680 d. Pedro II estabeleceu regimentos para a criação e/ou regulação de Secretarias de Governo em diferentes territórios ultramarinos, instituindo formalmente o cargo de secretário de governo no quadro dos ofícios régios. Com isto se ajustou, formalizou e disseminou algumas práticas de controle administrativo que já eram realizadas ao menos em Pernambuco e na Bahia. Parte substancial dos capítulos dos regimentos estabelecia os emolumentos relativos aos registros que deveriam ser realizados nas Secretarias, dentre os quais constava a prerrogativa do despacho de todos os navios, sumacas e pataxos que fossem para Portugal ou que seguissem navegando pela costa, gerando a tutela da Secretaria de Governo sobre o fluxo comercial. Posteriormente, secretários de governo conseguiram ampliar suas atribuições e – conseqüentemente – seus rendimentos em diferentes esferas, a exemplo da anuência de Lisboa na década de 1710 sobre a cobrança pelo despacho de canoas no Estado do Maranhão e Grão Pará.

Senhores do açúcar da Bahia? Um olhar sobre os trapiches (1698-1706)

Lelio Luiz de Oliveira & Renato Leite Marcondes

Na transição do século XVII para o XVIII, na Bahia, no processo de produção dos açúcares, depois da purga, a preciosa mercadoria dividia-se em diferentes qualidades, encaixando-se em separado cada casta com as respectivas marcas do engenho, da quantidade e do senhor ou mercador. Saídas dos engenhos, as caixas recolhiam-se ao trapiche ou navio em que se embarcava, geralmente por via fluvial ou marítima. A passagem delas pelo trapiche bem como sua estada geravam pagamentos aos responsáveis. Deste modo, o trapiche constituiu um centro de recebimento, armazenamento e embarque, assumindo conjuntamente à alfândega função essencial e anterior à exportação do açúcar pelas frotas, bem como o controle para a arrecadação tributária. Ao analisarmos a documentação da entrada das caixas nos trapiches baianos na passagem do século XVII para o XVIII podemos verificar a concentração dos açúcares nos poucos estabelecimentos existentes, compreendendo os engenhos de origem, seus senhores, transportadores e até mercadores. A preocupação é conhecer os caminhos do açúcar e diversas negociações entre a produção nos engenhos, a chegada e armazenamento no porto, bem como capacidade de fiscalização e arrecadação de tributos, para a posterior destinação à Metrópole.

Instrumentos da Conquista: as Unidades Indígenas na formação das economias de São Vicente e Rio de Janeiro (1555-1575)

João Pedro Zerbone Reis

O presente trabalho estuda as descrições de grupos indígenas presentes nas crônicas e cartas da segunda metade do século XVI, a fim de avaliar a instrumentalização das unidades nativas nos contextos da Guerra dos Tamoios e da conformação da economia açucareira no Brasil. Era comum, no período colonial, a classificação dos povos originários em grupos étnicos e políticos delimitados, conhecidos, entre muitos nomes, como as “nações de gentios”. “Guaranis”, “tupiniquins” e “temiminós” eram alguns dos etnônimos atribuídos pelos autores europeus, que conferiam, arbitrariamente, unidade a amplos conjuntos de aldeias que compartilhavam língua, costumes e laços de solidariedade. Tais descrições, contudo, não eram estanques, variando de acordo com tempo e espaço. Mudanças nas descrições sobre as unidades indígenas observadas no contexto da Guerra dos Tamoios parecem estar diretamente ligadas a um movimento mais amplo, no qual as regulamentações sobre o cativo indígena desempenham um papel central. Com a estruturação da economia açucareira e o incentivo à proliferação de engenhos ao longo da costa brasileira, intensificou-se a pressão sobre a escravidão indígena, o que resultou em ataques de grupos nativos aos núcleos de povoamento europeu, em reação aos abusos dos colonos. Essa situação foi o principal estimulante ao surgimento das primeiras intervenções da Coroa e de seus agentes sobre a mão de obra americana, que criaram impedimentos para a livre obtenção de cativos a partir da

instalação do Governo Geral, em 1548. A busca dos senhores de terra por trabalhadores, agora dificultada pelos obstáculos impostos pela administração colonial, parece estar relacionada às discussões sobre as condições políticas e jurídicas dos grupos nativos, especialmente entre as décadas de 1560 e 1570. Nesse sentido, os diferentes discursos sobre as unidades indígenas surgidos nessa conjuntura revelam-se bons objetos para o estudo dos instrumentos da conquista e colonização, mobilizados por distintos grupos da sociedade colonial na defesa de seus interesses políticos e de produção. Para avaliar esse problema, utilizamos fontes produzidas por três grupos de importante atuação política e econômica no contexto, sendo eles os padres jesuítas, os colonos portugueses e os franceses da França Antártica. Dentre os textos utilizados, destacam-se as cartas dos padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, os escritos propagandísticos de Pero de Magalhães Gandavo e Gabriel Soares de Sousa, além das obras de Jean de Léry e André Thevet, entre outros. O trabalho desenvolvido até aqui já permite observar que as formulações europeias não resultaram, como defende parte da historiografia especializada, de um simples desconhecimento do universo sociopolítico indígena, mas atuaram de fato como elementos auxiliares na conquista de terras e na aquisição de mão de obra.

Martinho de Melo e Castro e a administração dos domínios portugueses na África e no Oriente: da rigidez ao pragmatismo (1770-1795)

Mário Francisco Simões Júnior

Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos (1770-1795), foi o responsável pela redação das instruções para a aplicação do alvará de proibição das manufaturas no Brasil (1785), além de outras medidas relacionadas a um aperto fiscal sobre a América Portuguesa. Na historiografia sobre a Inconfidência Mineira, Martinho de Melo e Castro é particularmente lembrado como um ministro rígido no desempenho de suas funções, o que teria colaborado para um aumento das tensões entre as elites mineiras e a metrópole. Não obstante, ao ampliarmos o escopo e observarmos, igualmente, as suas políticas e instruções para a África e o Oriente, pudemos constatar em nossas pesquisas medidas particularmente flexíveis e pragmáticas por parte do secretário do Ultramar, condizentes com as dificuldades enfrentadas para a preservação dos domínios portugueses naquelas diferentes partes do império. Na presente comunicação pretendemos então retomar a discussão a respeito da caracterização de Martinho de Melo e Castro, partindo de um contraponto muitas vezes negligenciado: a administração dos domínios portugueses na África e no Oriente. Pretendemos demonstrar que o ministro, embora rígido na defesa dos interesses econômicos da metrópole, também podia ser flexível e pragmático diante das vicissitudes do Império Português.

A Mesa Real Portuguesa e os Ingredientes Além Mar: os sabores americanos presentes no cozinha cortesã (séculos XVII - XVIII)

Renato Lima Leite

As viagens de Descobrimentos, realizadas principalmente por portugueses e castelhanos a partir do século XV, ocasionaram uma revolução alimentar durante a Época Moderna. Embora as especiarias orientais tenham impactado rapidamente a culinária portuguesa desde o século XVI, a introdução de outros produtos, especialmente os oriundos das Américas, ocorreu de maneira mais gradual. O intervalo entre o conhecimento desses novos alimentos e sua inserção na rotina alimentar europeia foi significativo, variando conforme o tipo de produto. Alguns desses alimentos só foram plenamente incorporados nas dietas europeias nos séculos XVIII e XIX. Vale ressaltar que nem todos os novos produtos foram adotados, devido às dificuldades de cultivo na Europa e à inviabilidade de transporte, seja pelo alto custo ou pela rápida deterioração dos mesmos. Além disso, preconceitos culturais, como o fato de esses alimentos serem consumidos pelas populações

autóctones, geraram resistência e desconfiança. Contudo, a qualidade e o sabor, especialmente das frutas, acabaram por garantir a aceitação desses produtos. O consumo desses bens alimentícios iniciou-se nas colônias americanas, sendo inicialmente consumidos pelos europeus que ali se estabeleciam ou transitavam. Gradualmente, esses alimentos passaram a ser integrados nas dietas portuguesas e de outros países europeus, marcando uma transformação na alimentação da Época Medieval para a Moderna. No entanto, a adoção desses produtos foi acompanhada de um processo de "europeização", no qual os ingredientes americanos foram adaptados aos modos culinários locais. Embora a descoberta e adoção dos sabores americanos tenha levado dois séculos para impactar efetivamente a culinária europeia, a substituição de produtos locais por esses novos gêneros alimentares ajudou a mitigar as dificuldades alimentares da época. No entanto, os ganhos de produtividade derivados dessas mudanças foram sentidos de maneira limitada. A preparação e consumo dos alimentos são práticas intrinsecamente ligadas às realidades sociais e culturais dos indivíduos, e a alimentação é um fenômeno cultural multifacetado. Assim, o ato de comer não pode ser reduzido a um simples consumo material, sendo, antes, uma representação cultural. No contexto da alimentação nas cortes europeias, a introdução dos alimentos americanos foi progressiva. Entre os produtos que chegaram à mesa da realeza portuguesa, destacam-se o peru e o cacau, enquanto outros, como a batata, a batata-doce e o tomate, embora presentes nos receituários populares e em algumas receitas do século XVII e XVIII, não chegaram a ser integrados nas refeições da elite. O ananás, por ser um produto de luxo, somente passou a ser servido nas refeições das classes altas no início do século XIX. Assim, os produtos americanos que marcaram presença na alimentação da realeza, especialmente o peru e o cacau, refletem a transição das práticas alimentares durante a Modernidade. O presente trabalho tem a pretensão de realizar uma breve análise dos sabores americanos presentes na mesa da corte portuguesa moderna, a partir dos tratados culinários cortesãos e de relatos de viagens.

Tendências gerais do estado físico e do adoecimento dos escravizados nos anúncios de fuga em Salvador 1831-1850

Larissa Bispo dos Santos

Muito se tem discutido, recentemente, acerca do adoecimento no contexto da escravidão moderna, não apenas nos períodos em que aparecem as pandemias e epidemias. A trajetória das enfermidades tende a ser diferente de acordo com grupo social, espaço e tempo. Considerar as condições de vida e trabalho, sobretudo o cotidiano do grupo social em questão, é relevante para tentar desvendar a dinâmica das doenças. Os trabalhos que priorizam o tema em sua maioria há uma tendência em priorizar áreas como o sudoeste ou o sul do país. Em regiões como a Bahia - importante centro econômico durante o período colonial - as pesquisas acerca do objeto - doenças entre os escravizados - é tímida. Demonstramos que as pesquisas em torno das condições de saúde dos escravizados na primeira metade do século XIX na Bahia seguia em passos lentos. É neste cenário que está pesquisa se insere, como uma tentativa de contribuir para a elucidação de perguntas, formulação de questões e o debate sobre as condições de saúde e doenças entre os escravizados na primeira metade do século XIX, em Salvador e no Brasil. Nesse sentido, o intuito desta comunicação é discutir o estado físico e o adoecimento dos escravizados fugitivos entre 1831 e 1849. Os anúncios de fuga são retalhos, vestígios das ações políticas dos africanos e brasileiros escravizados, costumeiramente utilizados como fontes em pesquisas sobre as formas de resistência escrava no século XIX, a exemplo do trabalho de Walter Fraga (2014). O texto, na maioria das vezes, era escrito pelos seus proprietários ou pelos editores dos periódicos de acordo com a descrição feita do indivíduo fugitivo. Segundo Freyre (2010, p. 107), a linguagem dos anúncios de fugitivos é franca, exata e às vezes crua, uma vez que o objetivo era identificar e capturar o bem fujão. Essa característica, de se aproximar de uma linguagem de fotografia, minuciosa e sem muitos retoques, torna os anúncios de fuga uma fonte inesgotável de informações e questionamentos de extrema riqueza e complexidade a respeito dos escravizados em seu tempo e espaço. Assim,

buscamos identificar qual a origem das pessoas escravizadas acometidas por moléstias nos anúncios de fuga, o número de mulheres, infantes e homens com moléstias e os ofícios desempenhados, a idade apresentada, bem como as moléstias identificadas na leitura a contrapelo dos anúncios de fuga. Para isso utilizaremos o método quantitativo, baseado na metodologia sugerida por Márcia Amantino (2007). Entendemos, todavia, que os anúncios de fuga nos oferecem informações limitadas das condições físicas e das doenças de africanos e descendentes, em razão de que, cruzamos as informações encontradas nos anúncios com outras fontes - relatórios dos chefes de polícia das prisões de Salvador e artigos de médicos da época - além da confrontação da historiografia consoante ao tema. Contabilizamos, assim, uma amostra de 161 mulheres e 388 homens, no total de 545 fugitivos entre os anos de 1831 e 1849.

"Ser a venda delles feita ou a dinheiro, ou a crédito": escravidão, tributação e a Revolta de Vila Rica

Rafael Franzese Salmim

O objetivo principal é reconstruir os aspectos econômicos da conjuntura precedente à Revolta de Vila Rica (1720), além de apresentar as ações coletivas tomadas pelas elites locais e pelos agentes metropolitanos no contexto posterior. Para isso, pretende-se focar a análise no parecer expedido pelo Conselho Ultramarino no início de 1721. Nele – e em outros pareceres emitidos no período –, chama a atenção, por exemplo, como a venda de escravizados à crédito foi tema importante aos revoltosos. Aliado às questões da substituição do imposto e o decorrente impacto à economia local, pode-se perceber como a economia mineira no primeiro quartel do século enfrentava uma crise estrutural, que se expressou em conjuntura de entrada, econômica e política, da Coroa na região.

“Drogas” do comércio atlântico português: abastecimento econômico e circulação de mercadorias medicinais no Grão-Pará (1794-1834)

Camille Clisse Fazzi de Melo

Esta comunicação é resultante do início da pesquisa de mestrado em andamento e tem por objetivo analisar o comércio por meio das importações-exportações e usos cotidianos das drogas utilizadas no trato de cura de doenças entre Grão-Pará e Portugal. A metodologia foca-se prioritariamente na análise da Balança Geral do Comércio do Reino de Portugal com seus domínios, no qual consta entradas e saídas do segmento das drogas nos períodos de 1796 até 1831 com o Grão-Pará, permitindo compreender como esses produtos além-mar beneficiavam a população da Amazônia no trato das doenças e ao mesmo tempo em como as plantas medicinais e farmacológicas da região eram exportadas e usadas como matéria-prima desses medicamentos. A partir desse levantamento ampliado, pretende-se comparar essa documentação com os registros das importações na Alfândega do Pará (1816-1817) e Mapas de Exportação e Importação do Arquivo Histórico Ultramarino (1794, 1798, 1799), entendendo qual a expansividade entorno desse abastecimento em outros registros comerciais paralelos. Além disso, busca-se ratificar o argumento da importância destas mercadorias ao identificar na primeira Pharmacopeia Geral, vigente oficialmente durante quarenta anos (1794-1834) em Portugal, como os insumos medicinais eram utilizados dentro da fabricação de drogas como produtos finais e seu impacto na economia interatlântica e ciência colonial.

A abertura dos portos e a hegemonia econômica inglesa: o controle do comércio de algodão

Roger Neves Dezuani

O objetivo desta comunicação é apresentar as transformações na dinâmica econômica do Brasil após o fim do exclusivo comercial em 1808, com foco nas regiões exportadoras de algodão. A partir da análise da expansão da Revolução Industrial, marcada pela dupla necessidade de conquistar novos mercados e obter matérias-primas a baixo custo, demonstraremos a importância que o Maranhão e Pernambuco tiveram para a Inglaterra no contexto da abertura dos portos, uma vez que essas duas regiões se tornaram fundamentais para o setor mais dinâmico da economia britânica: a indústria têxtil de algodão. Mais especificamente, examinaremos como as expectativas das elites produtoras brasileiras com o decreto de 1808, que previa o aumento da concorrência e o fim do monopólio comercial, foram frustradas diante dos privilégios obtidos pelos ingleses e consolidados pelo Tratado de Comércio e Navegação de 1810, em um contexto de fragilidade da Coroa portuguesa. Embora a hegemonia econômica inglesa tenha afetado diversos setores da economia colonial, esta comunicação se concentrará no impacto específico sobre o processo de exportação do algodão, a partir das queixas registradas nas primeiras publicações de lavradores locais.

A Proibição do comércio de escravizados nas ruas do Rio de Janeiro (1758-1767)

Gilberto dos Santos

O objetivo desta comunicação é analisar a proposta apresentada pela Câmara do Rio de Janeiro, em 1758, de deslocar o comércio de escravizados para mercados específicos, situados fora do centro urbano, com base em argumentos predominantemente sanitários. A análise contempla, ainda, a medida implementada pelo vice-rei Marquês do Lavradio, em 1767, que proibiu a venda de escravizados nas ruas da cidade e determinou a centralização desse comércio na região do Valongo. Tais iniciativas evidenciam dois eixos fundamentais: de um lado, o projeto de reordenamento do espaço urbano da capital administrativa do Estado do Brasil; de outro, a intensificação das preocupações com os impactos sanitários do tráfico negreiro, especialmente no que dizia respeito à exposição pública de africanos recém-desembarcados. A presente comunicação concentrar-se-á na proibição do comércio nas vias públicas, com ênfase na dimensão sanitária das medidas adotadas.

Governo e Corrupção na Amazônia colonial brasileira (1682-1685)

José Arthur Pereira Landrim da Silva

Neste trabalho, analiso a atuação do governador Francisco de Sá e Meneses à frente do Estado do Maranhão e Pará entre 1682 e 1685, com foco nas suas relações com a Companhia de Comércio e nos impactos dessas articulações sobre a administração colonial. A partir de uma abordagem cultural, busco compreender como práticas ilícitas, escusas, e conseqüentemente a corrupção, encontravam legitimidade no nível da cultura e das práticas sociais. A investigação parte do contexto da implantação do estanco e das restrições comerciais que afetaram diretamente a população local, destacando a negligência do governador frente à insatisfação popular e sua postura ambígua diante da Companhia. Argumento que, mais do que um caso, a atuação de Sá e Meneses reflete um padrão de funcionamento da administração colonial portuguesa, refletiam visões de mundo, os sistemas de valores, os modos de vida, os diferentes padrões que são manejados de forma seletiva de acordo com os interesses de cada grupo. Ao propor uma leitura mais ampla da corrupção na América Portuguesa, o trabalho busca ultrapassar visões simplistas e lançar luz sobre as formas como essas condutas se inseriam nas

representações sociais e na cultura política da época. A pesquisa, portanto, contribui para a compreensão das conexões entre comércio, poder e corrupção no império colonial português.